



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa N.º YY/XX
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
[19 DE Julho de 2017]

International Monetary Fund
Washington, D.C. 20431 USA

Corpo Técnico do FMI Termina Visita a Moçambique

Os comunicados de fim de missão incluem declarações das equipas do corpo técnico do FMI que transmitem as constatações preliminares de uma visita a um país. Os pontos de vista expressos neste comunicado são do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do Conselho Executivo do FMI. Esta missão não vai resultar numa discussão do Conselho.

Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada por Michel Lazare, visitou Moçambique entre os dias 10 e 19 de Julho de 2017 para discutir com as autoridades as medidas necessárias para dar seguimento ao relatório da auditoria recente às empresas EMATUM, Proindicus e MAM, do sector público. A missão também avaliou os desenvolvimentos económicos recentes e discutiu as políticas monetária e fiscal no contexto do orçamento para 2018.

No final da missão, o Sr. Lazare emitiu a seguinte declaração:

“O desempenho de alguns sectores da economia melhorou a partir de finais de 2016. O aperto decisivo da política monetária em Outubro de 2016 ajudou a reequilibrar o mercado cambial e resultou numa apreciação do Metical em cerca de 30 por cento em relação ao Dólar Norte-Americano desde o final de Setembro de 2016. Esta orientação monetária contribuiu também para um declínio da inflação homóloga, de um pico de 26 por cento, em Novembro de 2016, para cerca de 18 por cento, em Junho, apesar do grande aumento dos preços dos combustíveis em Março. Além disso, o preço internacional mais elevado e o aumento acentuado dos volumes de exportação do carvão contribuíram para estreitar os défices comercial e da conta corrente da balança de pagamentos, promovendo uma grande acumulação de reservas internacionais que, no fim de Junho, cobriam cerca de 6 meses de importações, excluindo os megaprojectos. Na frente fiscal, o Governo deu passos importantes com a eliminação dos subsídios do trigo e dos combustíveis e retomando, em Março, o mecanismo automático existente de definição dos preços dos combustíveis.

“Contudo, as perspectivas continuam difíceis. O crescimento declinou para 3,8 por cento em 2016, esperando-se agora que se aproxime dos 4,7 por cento em 2017, principalmente devido ao recrudescimento da produção e exportações de carvão. A inflação continua elevada mas prevê-se que continue a declinar. Apesar dos cortes orçamentais no investimento e na aquisição de bens e serviços, o aumento da despesa com salários e remunerações continua a colocar pressões sobre o orçamento, contribuindo para a acumulação de atrasados internos. A

dívida pública total, na sua maior parte denominada em moeda externa, continua em situação de sobreendividamento e o Governo falhou pagamentos de dívida externa.

“As discussões de política macroeconómica centraram-se na necessidade urgente de consolidação adicional das finanças públicas. A missão sublinhou que o empenho forte no ajustamento fiscal constitui um elemento crucial para garantir a sustentabilidade, promover o declínio da inflação e das taxas de juro, limitar aumentos adicionais da dívida pública e, ao mesmo tempo, facilitar a reestruturação da dívida. A missão enfatizou que o orçamento de 2018 deve, decisivamente, reduzir o défice fiscal. Deve centrar-se na eliminação das isenções fiscais (incluindo de IVA), na contenção da expansão da massa salarial, e na priorização da implementação de investimentos públicos essenciais apenas, evitando uma maior acumulação de atrasados. A protecção de programas sociais críticos e o reforço das redes sociais de segurança devem amortecer o impacto destas medidas sobre os segmentos mais vulneráveis da população. É também necessária acção urgente para reforçar a posição financeira das empresas que operam em perda e limitar o risco fiscal que estas representam.

“No lado monetário, a missão acolheu com agrado a recente introdução do novo regime de política monetária, baseado no uso de uma nova taxa de referência (MIMO) como principal instrumento de política monetária do Banco Central. A missão reconheceu o forte empenho do banco central na redução da inflação. Para fazer face às vulnerabilidades do sector financeiro, a missão exortou o banco central a permanecer vigilante em relação aos riscos, a garantir a provisão da liquidez adequada à economia, e a continuar a incrementar a supervisão e aplicação da regulação prudencial.

“A missão acolheu com satisfação a publicação, pela Procuradoria-Geral da República, do sumário detalhado do relatório de auditoria da Kroll, que é um passo importante no sentido da maior transparência relativamente aos empréstimos contraídos pelas empresas públicas EMATUM, Proindicus e MAM. Não obstante, tal como sublinhado no [comunicado à imprensa 17/243](#) a 24 de Junho, embora o relatório ofereça informação útil sobre como os empréstimos foram contraídos e sobre os activos adquiridos pelas empresas, persistem lacunas de informação essencial que carecem ser resolvidas, no que concerne ao uso dos proveitos dos empréstimos. A missão exortou o Governo a tomar medidas para colmatar essas lacunas de informação e a aprimorar o seu plano de acção de reforço da transparência, melhoria da governação, e garantia de responsabilização.

“A missão reuniu-se com S. Exas. o Sr. Primeiro-Ministro, Carlos do Rosário, o Sr. Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, o Sr. Governador do Banco de Moçambique, Rogério Zandamela, a Sr.^a Procuradora-Geral da República, Beatriz Buchili, altos-quadros do governo, deputados da Assembleia da República, e representantes do sector privado e da comunidade de doadores.

“A missão agradece às autoridades pela sua continuada hospitalidade.”